

- RIBEIRO, Osvaldo Luiz. Ela não é minha mulher – o programa religioso da *golah* em Os 2,4-15. *Fragmentos de Cultura*, 2003 (texto a ser publicado em outubro de 2003).
- RIBEIRO, Osvaldo Luiz. Lendo as Oito Visões de Zacarias. *Revista da Bíblia*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 14-18, 2004.
- ROBINSON, Bernard P. Moses at the Burning Bush. *Journal for the Study of the Old Testament*, n. 75, 1997, p. 107-122.
- SCHWANTES, Milton. *Teologia do Antigo Testamento. Anotações*. São Leopoldo: Faculdade de Teologia, 1982. 2 v. (texto datilografado).
- SELLIN, E. e FOHRER, G. *Introdução ao Antigo Testamento. V. 1: livros históricos e códigos legais*. 2 ed. Trad. Mateus Rocha. São Paulo: Paulinas, 1983. 363 p.
- SMITH, Mark S. Remembering God: collective memory in Israelite religion. *Catholic Biblical Quarterly*, v. 64, n. 4, 2002, p. 631-651.
- THOMPSON, Thomas L. How Yahweh Became God: Exodus 3 and 6 and the Heart of the Pentateuch. *Journal for the Study of the Old Testament*, n. 68, 1995, p. 57-74.
- VRIEZEN, Th. C. *The Religion of Ancient Israel*. London: Lutterworth Press, 1967. 328 p.
- WESTERMANN, Claus. *Handbook to the Old Testament*. Trad. de Robert H. Boyd. London: SPCK, 1967. 284 p.
- WRIGHT, G. Ernest. *Biblical Archaeology*. Philadelphia: The Westminster Press, London: Gerald Duckworth, 1957. 288 p.
- WYATT, Nicolas. The significance of the burning bush. *Vetus Testamentum*, v. 36, n. 3, 1986, p. 361-365.
- ZENGER, Erich. *O Deus da Bíblia - estudo sobre os inícios da fé em Deus no Antigo Testamento*. Trad. E. M. F. Glenk. São Paulo: Paulinas, 1989. 142 p.
- ZENGER, Erich. O Tema da 'Saída do Egito' e a Origem do Pentateuco. Em: PURY, Albert de. *O Pentateuco em Questão. As origens e a composição dos cinco primeiros livros da Bíblia à luz das pesquisas recentes*. 2 ed. Trad. de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 118-164.

Prof. Osvaldo Luiz Ribeiro é Doutorando, Mestre e Graduado em Teologia (Antigo Testamento) pelo Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil; Doutorando em Teologia Bíblica pela PUC-Rio. Professor de Metodologia Exegética do Antigo Testamento; Coordenador do Curso de Teologia do STBSB.

TESTAMENTOS E TESTAMENTO

- BREVE TRATADO SOBRE OS TESTAMENTOS VELHOS E A REDESCOBERTA DO NOVO TESTAMENTO -

Prof. Ms. Ivanir Signorini e Prof. Dr. Pe. Antonio Sagrado Bogaz

Nos tempos primitivos da história da humanidade, e não é diferente em nossos tempos, conhecemos guerras profundas entre grupos humanos, para as quais nos é indicada uma razão fundamental: é um combate divino, uma guerra santa.

Os protagonistas destes conflitos, particularmente seus líderes civis e religiosos, servem-se de uma motivação para convocar e comprometer os participantes, alegando que a convocação para combater é inquestionável, pois além de afrontar as disputas de fronteiras, de interesses materiais, de vinganças étnicas, esta convocação é conclamada pelo próprio Deus, através de seus ministros consagrados e seus misteriosos oráculos.

Estas motivações são fundamentadas nos testamentos de cada pacto, que cada povo, tribo ou nação sela com Deus, numa perspectiva privativa e exclusiva.

Em todos os cantões do mundo, as inúmeras civilizações, desde suas origens, se identificaram com a imagem de seres superiores, com características peculiares e com interferência mais ou menos presente na criação, na história e no destino de seus fiéis.

Cada civilização codificou um testamento particular que testemunha o evento fundante do pacto e seu ritual originante. Por este ritual, o pacto entre a divindade e seu povo é firmado de forma irrevogável, com pertencimento mútuo, direitos e deveres, honras e servidões.

Para vigiar o pacto, consagrado por rituais em testamentos, são designados ministros sagrados, cuja função é exortar, ensinar e celebrá-lo. Desta

tarefa medianeira, desponta a figura sacerdotal, solícita para zelar pelo pacto, regrando-se pelo testamento, normalmente de inspiração divina ou elaborado por sábios, capazes de entrar na mística sagrada e compreender os desígnios divinos.

Estes testamentos ao longo da história serviram como fonte de unidade da comunidade tribal (em tantos casos delimitados pelas raças, famílias genéticas, co-habitação, etc...) e propiciaram uma identidade particular, capaz de unificar os seus fiéis e separá-los das outras tribos classificadas como "ímpias".

Para além desta capacidade de edificar a comunidade tribal, os testamentos serviram como código de honra e, fundamentando-se na crença divina, incitaram confrontos e guerras, para impor os cânones dos seus testamentos e exigir a honraria de seus deuses. A necessidade de impor a própria "ícone divina" aos outros povos, como forma de supremacia e de dominação sócio-política, provocou guerras étnicas e religiosas. Estas guerras se elevaram de uma parte para proclamar a veracidade de seus deuses e de outra parte para endurecer a resistência dos opositores.

Os testamentos tornaram-se a chama explosiva de confrontos e a imagem de Deus, invés de unificar os povos, os incitava ao confronto e à disputa. As entidades sagradas são colocadas em confronto para provar a superioridade e a veracidade de seus poderes. Na verdade, estas entidades são instrumentalizadas para a manipulação da comunidade tribal para gestar guerras de poderes e de dominações.

Todos os testamentos são velhos, uma vez que a proposta do Testamento novo, que codifica o selo entre Deus e o povo, pela mediação do Filho de Deus e do Filho da Humanidade, supera todos os pactos privativos e propõe um pacto universal, quer dizer, católico, transcendendo as comunidades tribais, sejam em suas culturas, sua linguagem, suas realidades e seu contexto histórico. Somos instigados a responder: em que medida os testamentos velhos são expressão de culturas particulares e qual sua força interna que provoca adesões fundamentalistas, capazes de motivar seus fiéis à luta e ao fanatismo?

O Testamento perene é uma realidade utópica ou podemos realizar experiências religiosas capazes de incorporar todas as culturas, permanecendo ao mesmo tempo universal e encarnado? Até que ponto é possível transmitir a mística e o carisma do Testamento, transcendendo suas limitações contextuais e históricas.

Neste breve tratado sobre os velhos testamentos e o Testamento do Novo Pacto, descobriremos os limites dos pactos ligados às comunidades tribais e buscaremos tocar as fronteiras do pacto universal da humanidade. Se cremos que o pacto selado por Jesus Cristo, entre Deus e o seu povo é universal, podemos esperar confiantes que, mesmo desviando-se de sua proposta fundamental, quando confunde seu espírito com suas expressões históricas, o projeto do Reino de Deus, codificado em seu Testamento, permanece para sempre uma proposta para todos os povos e em todos os tempos.

I – DEFININDO OS CONCEITOS

Imaginemos duas pessoas que se vinculam, relacionam-se entre si onde uma possui força desmedida em relação à outra. Nesta situação prevalece a lei do mais forte na ausência de uma força a cima dos vinculados. Aqui, quem dita a relação é aquele que tem força para se impor. Tendo força e estando acima da imposição, o indivíduo é livre em relação àquilo que exige, ou seja, o que exigiu agora, depois, livremente poderá exigir de forma diferente e diversa da exigência primeira. Assim, por exemplo, quando o senhor exige do escravo a realização de um determinado trabalho para não ser castigado, o senhor, ao não se vincular ao que exigiu, poderá punir o escravo mesmo depois de cumprido o trabalho simplesmente porque sua vontade não se submete e não se limita a nada. O desnível de força entre as partes exige um pacto para suavizar a relação.

O pacto é um vínculo entre duas partes, no caso religioso entre a divindade e a humanidade, pelo qual ambos assumem obrigações e deveres. Este vínculo não possui existência própria ou autônoma, pois, se é vínculo só existe em relação às partes e também precisa ser manifestado. Esta manifestação acontece basicamente através de palavras e atos.

1) Pactos que têm como base a palavra: Muitos pactos têm como fundamento a palavra. A palavra pode ser oral e/ou escrita:

a) Palavra oral: As partes empenham suas palavras estabelecendo um pacto. Este tipo de pacto tem como elemento constante a presença de testemunhas para, em caso de possíveis divergências, manter as intenções originais. Outro elemento constante, principalmente quando há duas partes e nenhuma testemunha ou poder capaz de se impor às partes

que não cumprirem o pacto, é utilizar o juramento às divindades; jurar pelas divindades é comum em pactos entre reis. *“Na sociedade hebraica primitiva, era muito pequeno o uso de documentos escritos. Em seu lugar, a palavra falada adquiria uma solenidade ritual que lhe conferia uma forma de realidade concreta. Assim pronunciada, a palavra não podia ser anulada ou desmentida. Quando se tratava de uma bênção ou maldição, ela seguia inexoravelmente a pessoa para a qual se dirigia. O pacto era um acordo ritual e solene que tinha a função do contrato escrito. As partes contraentes vinculavam-se por meio de um acordo ritual que continha terríveis ameaças contra a parte que porventura o violasse. Esses pactos entre homens podem ser encontrados ao longo de todo o Antigo Testamento”*¹.

b) Palavra escrita: Além das palavras pronunciadas (pactos que se fundam na oralidade) há palavras que são colocadas por escrito. Escrever um pacto supõe sociedades letradas e constitui-se numa garantia de manter a intenção original. Neste tipo de pacto também pode haver testemunhas e até invocações de divindades.

2) Pactos com base em atos: Muitos pactos exigem atos para ambas as partes (no caso de pacto livre) ou por uma das partes (no caso de imposição de uma das partes ou de oferecimento livre de pacto por uma das partes). Estes atos podem ser: **a) históricos:** as partes realizam ou realizaram ao longo do tempo determinadas ações uma em prol da outra. **b) rituais:** durante ou ao final do pacto as partes fazem um ritual para celebrá-lo.

Todas estas formas de pacto podem aparecer juntas num pacto ou podem aparecer algumas delas. Assim, um pacto pode levar em consideração os atos históricos, fixar-se em palavras escritas, usar testemunhas e invocar divindades. Estes elementos são apresentados em rituais que celebram, cultivam e perenizam o pacto.

¹ J. L.MACKENZIE, *Alliança*, IN *Dicionário Bíblico*, p. 24.

1.1 - Pacto: relação entre criador e criaturas

Toda tradição religiosa apresenta o ser humano como um ser ou criatura que se relaciona com a divindade. Esta relação divindade-humanidade pode se dar de **duas formas**: a) quando a divindade impõe sua vontade restando aos humanos cumpri-la; b) quando esta relação aparece nos termos de pacto (a divindade e a humanidade estabelecem um pacto onde se comprometem de dar, fazer ou não fazer determinadas coisas, ações ou omissões).

No tocante à alternativa “b”, este pacto pode ser de duas formas. Na **primeira**, a divindade, por sua grandeza, impõe à humanidade leis as quais todos deverão se conformar e segui-las; porém, a divindade não está presa aos termos deste pacto podendo rompê-lo ou descumpri-lo quando quiser. Na **segunda**, a divindade, mesmo na sua infinita grandeza, estabelece um pacto numa perspectiva dialógica, mas respeitando ou com um certo respeito à humanidade.

A nível geral, os pactos com a divindade seguem a forma dos pactos de vassalagem oriental. Vejamos esta forma de pacto aplicada à tradição veterotestamentária:

- 1) Preâmbulo: apresentação dos atores (Gn 24,1).
- 2) Prólogo histórico: retrospectiva histórica sobre relações ocorridas entre os dois contraentes. Para a bíblia é o Credo histórico.(Gn 19,1-8; 20,2; 24,2-13; Dt 1-11).
- 3) As cláusulas e as normas em caso de infração: decálogo, código da aliança. (Gn 24,14-21; Dt 12-26).
- 4) Lista das testemunhas, comumente divindades locais (testemunhas cósmicas em Dt 4,26; autotestemunho em Gn 24,22-24).
- 5) Bênçãos e maldições em garantia da conduta do vassalo (Ex 20,5-6; 23,20-23; Dt 7,12; 27-28).
- 6) Lavratura e rubricação do protocolo (Ex 24,1-11; 25,21; 34,27-28; Dt 10,5).

A este esquema acrescentamos um outro, que contém as possíveis combinações com que, na Bíblia, vem apresentada a berit:

- I – A compromete-se com B sem nada exigir.
- II – A obriga B a comprometer-se sem oferecer-lhe nada em troca.

III – B faz ou promete algo a A, ao qual pede que se comprometa.

IV – A se compromete com B².

O pacto é um vínculo que se estabelece entre duas partes visando eliminar ou suavizar a diferença entre as mesmas. Ao mesmo tempo em que suaviza a diferença de força, o pacto tem a função de dar previsibilidade às ações futuras das partes vinculadas. Pelo pacto prevêem-se quais serão os comportamentos adotados de uma parte em relação à outra. Esta previsibilidade gera segurança para as partes de modo que, numa relação de imensa diferença de força, o mais fraco previra as ações futuras do mais forte sobre ele e, por outro lado, o mais forte tem previsão das ações do mais fraco.

O pacto consiste num acordo entre partes onde se estabelece as obrigações e os deveres de fazer ou não fazer algo. Normalmente, os pactos consistem na igualdade de partes ou na semelhança de força e, consistem em supor a liberdade das partes. Quando se nega a liberdade das partes não temos mais um pacto e sim uma imposição da vontade do forte sobre o fraco ou que o fraco esteja numa situação em que não tenha outra alternativa a não ser a de aceitar o pacto imposto; é comum acontecer na relação ser humano-divindade.

II – PACTOS EM TESTAMENTOS

II.1 - Testamentos e Deus

Podemos encontrar, dizia Cícero, povos sem exércitos e cidades sem muralhas; podemos encontrar países sem moeda e sem governos; nunca se encontrou um povo sem práticas religiosas. Esta afirmação clássica nos faz compreender a importância dos pactos sagrados das comunidades humanas.

Os povos buscam o rosto de seu Criador, para entender suas origens e seu destino, assim como entender as razões de sua existência e seus melho-

² G. RAVASI, Êxodo, pp. 95-96.

res caminhos, na construção da história. A concepção das origens da vida humana e seu destino determinam a forma de viver e de agir do ser humano no mundo direcionando suas atitudes e suas relações com o próprio Deus, com a humanidade e com o cosmos.

Os pactos sagrados compreendem uma relação de mútuo pertencimento entre o povo e Deus, numa relação de reciprocidade, de poder, de dependência e de culto. Pelos pactos sagrados, o povo encontra sua própria identidade e se define como um povo determinado, dentro de uma experiência religiosa peculiar. O pacto compreende a identidade do povo, suas crenças, sua forma de agir, sua organização como comunidade religiosa e todas suas formas rituais.

Pelo pacto, Deus manifesta seu próprio bem como suas promessas de proteção e suas exigências culturais que a comunidade religiosa absorve e assume como verdades fundamentais.

Cada povo sela seu pacto com seu deus, gerando testamentos, que codificam as relações entre eles, num pertencimento mútuo, com interdependência radical. Como num acasalamento, os testamentos selam a exclusividade e a perenidade do pacto. A partir da forma natural, os acasalamentos dos animais servem de arquétipo para os pactos religiosos. Considerando a forma teológica, o "acasalamento divino-humano" torna-se o protótipo do acasalamento humano. Os selos se realizam com sangue, com promessas e juramentos e com vítimas substitutivas, normalmente animais com conotação sacra.

Os testamentos dos pactos sagrados têm suas características particulares, pois eles se realizam envolvendo duas partes livres e autônomas que se comprometem plenamente no seguimento das suas exigências e nas suas vantagens particulares. Deus se torna uma propriedade do povo daquele pacto e o povo torna-se servo de sua divindade, prestando-lhe culto e honra. Deus, de sua parte, assume a tutela histórica e real, assim como espiritual, da comunidade fiel. Os sacerdotes, eleitos mediadores destes pactos e vigilantes dos testamentos, cuidam-nos para que não sejam corrompidos. Nestes testamentos particulares, Deus exige plena fidelidade do povo eleito e suas vitórias ou derrotas, bem como a prosperidade ou as desgraças são consideradas conseqüências deste seguimento. O sacerdote tem a tarefa de vigiar e convocar os fiéis para a celebração e para a revisão do testamento do pacto.

Os testamentos são os oráculos religiosos, de inspiração divina, edificados na tradição do povo eleito, pelos seus sacerdotes, como representantes divinos diante dos fiéis e embaixadores dos fiéis perante Deus.

Os testamentos são específicos dos povos e clãs culturais, o que tem provocado grandemente conflitos entre os povos, legitimando confronto de seus deuses. Como cada povo erige um testamento diante de seu deus particular, os deuses advogam em causa daquele povo em particular. Estes testamentos, ao longo da história, tem justificado guerras sagradas, pelas quais cada poder divino fortalece e motiva a unidade do povo e provoca o confronto com os outros povos, que por sua vez acreditam em suas entidades sagradas, que lhes motiva a unidade e as guerras sagradas.

II.2 - Testamentos: identidade e fragmentação

Os pactos particulares primitivos, entre povos que cultivam sua identidade tribal, servem aos seus chefes – civis e religiosos – para manter a unidade entre eles e hostilizar os povos circundantes. Como o pacto se refere a um povo em particular, ele se expressa numa cultura específica e se exprime numa experiência religiosa através de um ritual particular que o solidifica e o cultiva na passagem das gerações.

Estes pactos, codificados em testamentos particulares, determinam a identidade dos povos e elabora sua peculiaridade, fortalecendo seus laços internos e suas convicções de povo eleito, grupo especial, diante de Deus e no confronto com os demais povos. Esta dimensão positiva dos testamentos particulares se revela ambígua, pois servem como ideologia no confronto com os demais testamentos. E cada testamento se autopromove como especial e verdadeiro relativizando os demais testamentos, que codificam os infinitos pactos tribais nas suas experiências religiosas.

Numa análise histórica, que revela os quadros dos testamentos dos povos, encontramos a instrumentalização dos pactos e de seus testamentos como legitimadores de conflitos e de confrontos intertribais. Uma vez que os testamentos são particulares e suas convicções são direcionadas para a coesão da tribo e seu fortalecimento interior.

Nesta perspectiva, os testamentos constroem unidades tribais e desintegram a unidade universal dos povos. Cada testamento expressa a doutrina distinta de uma divindade específica, reduzindo o “nome de Deus” a uma profissão de fé particular.

Como o testamento é tribal, a representação simbólica se expressa nas formas culturais específicas de cada tribo. Todos os enunciados doutrinários se expressam dentro das conotações da mesma cultura, da sua cosmovisão, de seus heróis, de suas histórias e de sua geografia, consagrando suas peripécias históricas, suas vitórias e conquistas e também suas derrotas e desgraças. Dentro destes enunciados figuram os elementos naturais da tribo, seus rios, montanhas, bem como sua fauna e sua flora.

Com esta especificação, a história sagrada da tribo compreende como história profana as narrativas alheias e assume como adversários os seus opositores. A consagração de suas vitórias implica na condenação das tribos vizinhas e adversárias. O verdadeiro Deus da tribo excomunga as divindades dos adversários como falsos deuses, como ídolos e representantes dos males.

Os testamentos representam a fragmentação da comunidade humana, separando-a por tribos, definidas por suas características culturais, por suas doutrinas, por seus mitos originários e por suas concepções históricas.

Podemos entender, com esta grande premissa, que os testamentos tecem a identidade dos povos e a sua legitimação propicia a divisão entre os povos a partir de seus clãs, que se firmam em experiências religiosas e valores culturais.

Os testamentos cumprem sua tarefa diante dos povos: a identidade e a fragmentação. Por um lado, a lapidação de uma identidade tribal e sua solidificação na busca da unidade e da coesão grupal. Como consequência, os povos se fragmentam e justificam nas práticas religiosas e no nome de Deus, suas adversidades, seus confrontos e suas guerras sagradas.

III – MODELOS DE PACTOS TRIBAIS

Os testamentos representam o comprometimento dos grupos humanos, divididos em tribos ou povos particulares, com uma opção comum diante da divindade. Como a língua, a cultura, os costumes e a herança genética, a confissão de fé comum unifica um grupo humano e os diferencia dos demais. Estes testamentos são verificados em diversos grupos humanos; de forma mais explícita ou menos evidente, encontramos os mesmos traços em todos os diferentes povos.

O pacto sempre relaciona duas vontades. Nos grupos religiosos o pacto vincula a humanidade à divindade. Se os pactos pressupõem duas vontades opostas então, somente podemos encontrá-las em grupos religiosos que cultuam divindades pessoais, sejam elas monoteístas, politeístas ou animistas. Nossa hipótese é de que, partindo das definições acima de pactos, podemos constatá-los, de maneira implícita em todas estas religiões.

III. 1. Pactos tribais: um modelo africano

Nossa análise agrupará as religiões africanas num todo levando em consideração suas características gerais. Seríamos demasiado pretensiosos nos determos em todas as inúmeras religiões africanas visto que a cada extensão do território africano nos deparamos com tribos diferentes e, conseqüentemente, com religiões diferentes ou com variações entre elas.

Atualmente a África é dominada por três formas de religiões: o cristianismo, o islamismo e a religiões locais. As religiões locais são chamadas de primais, tribais ou tradicionais. Estas religiões locais se fundamentam na vida familiar e tribal³.

A tribo ou clã é o grupo de parentesco extenso que vive em determinado território. A tribo compreende além dos vivos, os mortos (ancestrais⁴) e os que ainda não nasceram (os descendentes⁵). Muitas destas tribos apresentam a crença em um deus supremo e uma série de deuses ou espíritos menores⁶. É na relação vivos, ancestrais, deus supremo e deuses ou espíritos menores que encontramos de maneira implícita o pacto nas religiões africanas.

O deus supremo e o pacto: *"Foi esse deus supremo que criou todas as coisas vivas, os animais e o ser humano. Foi ele ainda o responsável pelos decretos que regulam a sociedade, pelos costumes a que a tribo tem o dever de obedecer. Com freqüência ele é também o deus do destino, que governa a vida dos seres humanos e controla a boa e a má fortuna da tribo"*⁷. Aqui temos dois seres infinitamente desproporcionais em relação ao poder. Assim, o deus supremo cria e impõe regras a serem observadas: é a variante do pacto em que "A" (deus supremo) obriga "B" (a tribo) a seguir os decretos que regulam a sociedade e "B" tem o dever de obedecer. Dessa forma, "A" governa e controla a vida da tribo e quando "B" segue os decretos advém-lhe a "boa fortuna" e quando não os seguem, advém-lhe a "má fortuna". Esta é uma forma implícita de pacto com a divindade.

No entanto, na maioria das tribos, este deus supremo permanece afastado da tribo devido a um desentendimento: *"Às vezes, esse ser supremo é chamado de 'deus em repouso', por estar remotamente afastado da vida cotidiana. Certos mitos relatam que havia um contato íntimo entre o deus e o homem no início dos tempos, quando tudo era bom; só que houve um desentendimento e o deus se afastou. É apenas em circunstâncias excepcionais, quando as pessoas estão passando por graves necessidades, que elas recorrem ao deus supremo. De modo geral, não precisam perturbá-lo, preferindo se voltar para os deuses e espíritos menores"*⁸. Como elemento tradicional nas religiões de divindades pessoais temos uma harmonia original entre a divindade e a humanidade, rompida por um desentendimento ou desobediência. O texto aqui não é claro ao se referir qual tipo de desentendimento, mas consiste na desobediência da tribo aos regulamentos da divindade. Novamente podemos perceber de maneira implícita a concepção de pacto. A tribo vive em harmonia e intimidade com a divindade desfrutando de suas benesses e proteção como benefício pelo cumprimento dos regulamentos, e como castigo pelo descumprimento o afastar-se das benesses divinas.

Recorrer o mínimo possível ao deus supremo como castigo pelo

³ Cf.: H. NOTAKER, J. GAARDER, V. HELLERN, *O livro das religiões*, p. 89.

⁴ "O ancestral permanece próximo à tribo; torna-se uma espécie de espírito vivendo num mundo à parte, ou pairando sobre o lar para garantir que seus descendentes observem os costumes". (H. NOTAKER, J. GAARDER, V. HELLERN, *O livro das religiões*, p. 90)

⁵ "... a família não consiste apenas nos vivos e os mortos, mas também nos ainda não nascidos, nos descendentes. É dever do indivíduo dar continuidade à família. Um dos piores infortúnios pessoais é morrer sem deixar filhos". (H. NOTAKER, J. GAARDER, V. HELLERN, *O livro das religiões*, p. 90)

⁶ H. NOTAKER, J. GAARDER, V. HELLERN, *O livro das religiões*, pp. 91-92.

⁷ Cf.: H. NOTAKER, J. GAARDER, V. HELLERN, *O livro das religiões*, pp. 91-92.

⁸ H. NOTAKER, J. GAARDER, V. HELLERN, *O livro das religiões*, p. 92.

descumprimento dos regulamentos (pacto implícito) é contrabalançado pela recorrência aos deuses ou espíritos menores. Estes, para muitas tribos, são os antepassados⁹. A relação dos antepassados com os vivos assume um verdadeiro caráter de pacto de dependência mútua: *"Culto aos antepassados é uma expressão que implica interação entre vivos e mortos. Os vivos obtêm força e socorro de seus ancestrais; ao mesmo tempo, os mortos dependem das oferendas de seus descendentes: é por meio desses sacrifícios que adquirem sua força e potência. Se não receberem oferendas, irão 'morrer', isto é, cessar completamente de existir (...). O chefe da tribo é o responsável pelos sacrifícios do grupo mais extenso. Em nome de toda a tribo, ele se dirige aos espíritos de antigos chefes e faz orações pedindo uma boa caça ou uma boa safra. Na época da colheita, os primeiros frutos são oferecidos aos espíritos dos chefes. Selecionam-se os melhores produtos em honra aos espíritos, e com o acompanhamento de orações, cantos e danças, as pessoas – em geral usando máscaras e outros adornos – expressam sua gratidão e oram para continuar tendo proteção"*¹⁰. Neste caso temos um tipo de pacto onde "A" (antepassados) e "B" (vivos) se comprometem mutuamente. A força de ambos depende um do outro; a existência de ambos depende deste compromisso (uma espécie de circularidade). No caso dos vivos, deverão fazer sacrifícios e oferendas e seguir os costumes legados pelos ancestrais, pois do contrário, recairá sobre a tribo castigos como má caça ou safra, além dos ancestrais retirar sua proteção.

O chefe da tribo, onde muitas vezes é o rei, também só pode ser entendido em nível de pacto. O rei é o guardião dos costumes, leis e princípios ligados ou herdados ou estabelecidos pelos ancestrais: *"O rei não é apenas o líder político, mas ainda um juiz em exercício, o guardião da justiça e da lei. Com muita frequência, é ele o sacerdote responsável pelos sacrifícios da tribo."*

⁹ *"Também é costumeiro tratar os espíritos dos mortos com respeito; o culto aos antepassados é um dos aspectos mais típicos da religião africana"* (H. NOTAKER, J. GAARDER, V. HELLERN, *O livro das religiões*, p. 92). *"Cada homem adulto que morre se torna um espírito ancestral ou um deus ancestral para os que ficaram vivos, mas nem todos exercem o mesmo papel, nem constituem objetos do mesmo culto. Os mais importantes são os espíritos dos pais de família, dos patriarcas e dos chefes da tribo. O homem que é considerado o pai fundador de uma linhagem de chefes com frequência é cultuado como um deus acima de todos os outros, uma divindade nacional."* (H. NOTAKER, J. GAARDER, V. HELLERN, *O livro das religiões*, pp. 92-93).

¹⁰ H. NOTAKER, J. GAARDER, V. HELLERN, *O livro das religiões*, p. 93.

*O motivo por que o rei acumula todas essas diferentes funções é que não há uma demarcação clara entre política, religião, lei e moral. Cada uma dessas formas é parte do princípio – o costume – sobre o qual aquela sociedade tribal está construída"*¹¹. Além do mais o rei é aquele que guarda e personifica o contato entre os antepassados e os vivos: *"O rei é o guardião cotidiano desses preceitos; ele personifica o contato com os antepassados, com a tradição. É também o representante dos deuses na terra, bem como porta-voz dos homens perante os deuses"*¹². O rei assume o papel do profeta das religiões monoteístas: é o mediador da humanidade com a divindade; é o guardião das leis (termos do pacto); e é o responsável por manter a tribo fiel ao pactuado.

O pacto nestas religiões é implícito, mas funda-se no cumprimento e manutenção dos preceitos, costumes e ordem cultural deixados pelos antepassados. Como se trata de costumes e cultura, este pacto vincula uma tribo específica à divindades específicas (os ancestrais da própria tribo) e, em última instância, à divindade suprema. Portanto, este pacto torna-se um pacto de um povo/tribo e não tem pretensões universais com outros povos e culturas.

III. 2 – Pacto cósmico: modelo de seguimento budista

A tradição budista concebe o mundo como um processo de transformação. Tudo se transforma, se modifica. Não há o ser ontológico. Cada ser é manifestação do universo: *"... nada existe fora do Universo e nada vai para fora ou vem para fora dele. Cada ser é uma manifestação desse universo em constante transformação. E cada forma de vida é essencial para as outras formas de vida; existirão. Dependendo de tais causas e condições isso se manifesta. Causas e condições se transformam e isso se transforma. Em Zen Budismo temos até a expressão 'Não nascido e não morto', pois vida e morte são vistos apenas como esse processo de transformação ... tão próximos de 'nada se cria, nada se destrói, tudo se transforma'"*¹³.

¹¹ H. NOTAKER, J. GAARDER, V. HELLERN, *O livro das religiões*, p. 91.

¹² H. NOTAKER, J. GAARDER, V. HELLERN, *O livro das religiões*, p. 91.

¹³ C. C. de SOUZA MIRANDA, *O universo na tradição budista*. In: L. C. SUSIN, *Mysterium creationis*, p. 145.

O ser humano não é o centro da criação, mas como qualquer outro ser, manifestação dela: *"É uma visão na qual o ser humano não é o centro do universo, pelo contrário, somos sustentados vivos pelo balanço cósmico de todas as partículas, de todas as formas de vida. Dizemos mesmo que somos poeira cósmica, formados pela mesma matéria-prima de que é feito todo o Universo, apenas em combinações diferentes dos elementos básicos"*¹⁴.

Se o ser humano é manifestação do universo; se o universo é entendido como transformação contínua; somos transformação, mudança e, portanto, não há um "eu"¹⁵. Se universo e ser humano são manifestações, transformações, somos resultados de relacionamentos, de encontros; tudo é encontro!

Na concepção budista, ser humano e universo são regidos pela Lei da Causalidade (ou Origem Dependente, ou Origem Interdependente), principal ensinamento de Buda. A Lei da Causalidade consiste em que *"... nada existe por si só. Uma infinidade de causas, condições e efeitos fiando a trama da vida. É importante ressaltar que causa, condição e efeito não devem ser entendidos de forma linear. Às vezes o que é causa de algo é simultaneamente efeito ou condição de algo mais. Há um sutra que descreve o universo como uma rede de luzes, havendo em cada intersecção uma jóia brilhante, refletindo raios de luz em todas as direções e assim sucessivamente..."*¹⁶. *"O que caracteriza e prova a Lei da Causalidade são os chamados Selos da Lei: 1. Todas as coisas são impermanentes (fenômenos físicos e mentais); 2) Nada tem um 'eu' persistente; 3) Nirvana é tranqüilidade e, às vezes, se coloca um quarto selo: Toda existência é Dukkha (sofrimentos, problemas, dificuldades)."*¹⁷ Em relação a esta lei, Buda afirmava: *"A pessoa que compreende a Lei compreende a origem dependente, e a pessoa que compreende a origem dependente compreende a Lei"*¹⁸.

A partir dessa concepção, o ser humano é o responsável pela constante

¹⁴ C. C. de SOUZA MIRANDA, *O universo na tradição budista*. In: L. C. SUSIN, *Mysterium creationis*, p. 147.

¹⁵ O "eu" é ilusão e aceitá-lo implica em reencarnações.

¹⁶ C. C. de SOUZA MIRANDA, *O universo na tradição budista*. In: L. C. SUSIN, *Mysterium creationis*, p. 145.

¹⁷ C. C. de SOUZA MIRANDA, *O universo na tradição budista*. In: L. C. SUSIN, *Mysterium creationis*, p. 151.

¹⁸ C. C. de SOUZA MIRANDA, *O universo na tradição budista*. In: L. C. SUSIN, *Mysterium creationis*, p. 151.

criação do universo, o que implica numa constante autocriação: *"Cada ser humano é considerado responsável e atuante no Universo. Não apenas reage ou é condicionado por causas do passado. Tudo pode ser transformado com nossa ação presente. Os efeitos de causas anteriores podem ser modificados pelas condições que criamos. Esta é a Teoria do Karma (karma significa literalmente ação repetitiva, que deixa marcas), na qual existem vários tipos de karma: individual, coletivo, fixo, mutável. Seus efeitos manifestam-se no presente, no futuro próximo e no futuro distante. Nessa época recebemos o karma de toda humanidade desde o passado mais remoto, seus erros e seus acertos e somos responsáveis por eles também. Assim, nossas ações do presente também funcionam retroativamente quando procuramos transformar efeitos de causas antigas e com isso dizemos que transformamos também o passado. Por exemplo, medidas contra a poluição, cerimônia de arrependimento pelas omissões durante as guerras ou pelas discriminações"*¹⁹.

Na concepção budista não existem divindades, um Deus criador, e quando existem têm o mesmo "destino" da humanidade: o nirvana. Portanto, não há a possibilidade de um pacto com uma divindade pessoal. No entanto, podemos, de forma implícita, perceber o pacto no budismo, selado não num Deus pessoal, mas numa configuração harmoniosa do universo, onde se integra o ser humano e se une a forças espirituais, que unificam todos os seres criados.

Há uma lei de causalidade que dinamiza todo o universo e seus seres. O ícone de Buda se realiza em todo o ser que compreende esta lei, ou seja, é *"o ser iluminado, desperto, representa a própria iluminação. Não se refere apenas ao Buda histórico, Xaquiamuni, mas a todo ser que desperta para a Lei Verdadeira"*²⁰. O ideal budista é que todos se tornem Budas (perspectiva universal), mas, para tanto, é necessário seguir os ensinamentos do Buda histórico. Foi o Buda histórico que descobriu e pregou os ensinamentos de como compreender esta lei e de viver conforme ela. Assim, toda a humanidade pode participar desta lei, mas deverá seguir, ter fé nos três elementos básicos do budismo: ser Buda, seguir a lei e viver em comunidades praticantes. Deve-se seguir os preceitos e ensinamentos budistas para atingir a essência do univer-

¹⁹ C. C. de SOUZA MIRANDA, *O universo na tradição budista*. In: L. C. SUSIN, *Mysterium creationis*, p. 147.

²⁰ C. C. de SOUZA MIRANDA, *O universo na tradição budista*. In: L. C. SUSIN, *Mysterium creationis*, p. 149.

so (transformação e interrelação), do contrário estará preso a uma sucessão de reencarnações.

Na verdade não se trata de um pacto estabelecido, mas segue seus moldes, ou seja, há uma lei que dever ser cumprida/entendida para desfrutar das benesses do divino: ser Buda com o universo.

III. 3 – O Pacto islâmico

Maomé (Mohammad), ao fundar o islamismo, também tem como base o estabelecimento de um pacto entre Deus e a humanidade.

Quanto a religiosidade de Maomé pouco se sabe como a vivera até os trinta e cinco anos de idade. No entanto, sabe-se que compartilhava da crença no Deus único proveniente da tradição de Abraão. Este Deus único, através de um anjo, aparece-lhe e revela sua escolha como o mensageiro da humanidade: *"Ele estava com quarenta anos de idade, e era o quinto ano consecutivo desde que ele iniciara seus retiros anuais, quando, certa noite próximo ao final do mês de Ramadan, um anjo veio visitá-lo, e anunciar que Deus o havia escolhido como Seu Mensageiro para toda a humanidade. O anjo ensinou a ele os modos das oblações, o modo de cultuar a Deus e de conduzir a oração. E comunicou-lhe a seguinte mensagem Divina: 'Em nome de Deus, o Clemente, o Misericordioso Lê em nome de teu Senhor que criou; Criou o homem de um coágulo; Lê que teu Senhor é Generosíssimo, que ensinou através do cálam, ensinou ao homem o que este não sabia'"* (96ª Surata, versículos 1-5)²¹. A revelação no Islã segue os moldes das revelações e pactos tradicionais com as divindades: há uma divindade criadora que escolhe alguém, um profeta, e lhe revela Seus planos para a humanidade. Estes planos são ensinamentos e leis que direcionam a vida da humanidade: *"... reiniciaram as revelações, e Deus assegurou a Mohammad que de modo algum o havia abandonado; pelo contrário, fora Ele Quem o guiara no caminho reto; que portanto ele deveria cuidar dos órfãos e dos desamparados, e de proclamar a generosidade que Deus tivera com ele* (93ª Surata, versículos 3-11). *Na verdade, esta foi uma ordem para pregar. Outra revelação mandou-o alertar as pessoas contra práti-*

cas ilícitas, a exortá-las a não louvar nenhum outro além de Deus único, e a abandonarem tudo que desagradasse a Deus (74ª Surata, versículos 2-7). *Ainda outra revelação ordenou-lhe avisar seus próprios parentes mais próximos* (24ª Surata, versículo 214); *e proclama, pois, o que tem sido ordenado, e afasta-te dos idólatras"* (15ª Surata, versículo 94)²². A religião islâmica assenta-se num pacto implícito da humanidade com o Deus único. Este pacto, como no judaísmo, tem como elemento central a fidelidade a Deus e o abandono da idolatria. Aliás, é deste pacto implícito que surge o nome da religião: Islam (que significa submissão à vontade de Deus).

O pacto islâmico apresenta-se numa perspectiva de universalidade: *"As características que distinguem o Islam são duas: 1) um equilíbrio harmônico entre as coisas temporais e espirituais (o corpo e a alma), que permite se desfrutar por inteiro de todas as graças criadas por Deus, prescrevendo, ao mesmo tempo, a todos, deveres para com Deus, tais como o do culto, do jejum, da caridade, etc. O Islam veio para ser a religião das massas e não apenas de uns eleitos. 2) A universalidade do chamamento – para que todos os crentes se tornassem irmãos e iguais, sem qualquer distinção de classe, raça ou idioma. A única superioridade que ela admite é exclusivamente pessoal, baseada no maior temor a Deus e maior devoção"*²³. O Islam é uma religião que possibilita desfrutar das graças criadas por Deus a todos desde que pratiquem o que Deus prescreveu. Este desfrute passa pelos deveres para com Deus tais como: culto, jejum, caridade, etc; estas são as condições *sine qua non* para pertencer a Deus.

Notemos que o Islam funda-se num pacto onde os fiéis deverão cumprilo para pertencer a Deus e a divindade se submete ao acordado: se o fiel cumprir com o que fora prescrito pela divindade necessariamente desfrutará das graças divinas. Este pacto tem uma pretensão universal ao colocar-se acima da cultura, idioma, raça e cor, porém, prende-se a elementos práticos tais como o culto, o jejum, a caridade, a superioridade baseada no maior temor e devoção. Esses elementos práticos são na verdade meios para a universalização do Islam. Podemos citar outros meios de universalização: a mesma lei, voltar-se para Meca (onde se localiza a Caaba), peregrinação para

²¹ M. HAMIDULLAH, *Introdução ao Islam*, p. 17.

²² M. HAMIDULLAH, *Introdução ao Islam*, pp. 19-20.

²³ M. HAMIDULLAH, *Introdução ao Islam*, p. 21.

Meca e obediência ao califato universal: "Sendo a concepção islâmica da vida uma cooperação entre o corpo e a alma, era natural que um relacionamento muito íntimo se estabelecesse entre a religião e a política, entre a mesquita e o palácio do governo. Em sua concepção social, o Islam é 'comunal'. Ele prefere uma vida social, exige a oração coletiva e congregacional, durante a qual todos se voltam na mesma direção (a da localização da Caaba) o jejum conjunto e simultâneo em todo o mundo, e a visitação da Casa de Deus (Caaba) como um dos principais deveres de todos os muçulmanos, homens e mulheres. Enfatiza a responsabilidade estritamente pessoal, e não se descuida do desenvolvimento do indivíduo, ao mesmo tempo que organiza todos os indivíduos numa única e integral comunidade muçulmana. A mesma lei regula as atividades de todos, independentemente de classe ou país; e todos os fiéis do mundo juraram fidelidade ao mesmo chefe, o Califa"²⁴. Portanto, o Islam caracteriza-se por um pacto a partir de uma perspectiva cultural, de uma cultura específica produzindo um testamento particular com pretensões universais.

III. 4 – Pacto racial: um modelo judaico

Consideremos particularmente o testamento do povo hebreu, um testamento específico da comunidade judaica, na sua trajetória histórica. Como todos os demais testamentos, encontramos neste testamento a fundamentação dos mitos das origens e do destino humano. Encontramos igualmente os elementos doutrinários que dão corpo às suas crenças, os seus princípios vitais de comportamento e os ritos de comunhão entre Javé e a comunidade do pacto. No testamento judaico, encontramos a trajetória histórica de seus principais acontecimentos, na qual seus atos são sacralizados e Deus atua sempre em favor de seu povo eleito. Para tanto, Javé faz parceria com um povo, em particular, assume um nome significativo deste pacto e o trata como povo privilegiado. Nada impede que Deus, por meio dos patriarcas e profetas e sacerdotes, reprove ações abomináveis do povo e os convoque sempre à conversão e à justiça. No entanto, toda profecia é um substrato desta predileção divina pelo povo eleito.

²⁴ M. HAMIDULLAH, *Introdução ao Islam*, p. 148.

O entendimento do pacto judaico passa pelo processo criatório. Deus cria do nada e passa a organizar o que criou (Gn 1,1). A criação consiste numa separação: separou luz das trevas (Gn 1,4), as águas de cima das águas de baixo (Gn 1,6-8), a terra do mar (Gn 1, 9-10). O separar implica em dar forma, fornecer identidade; e a identidade distingue algo ou alguém dos demais seres. Portanto, na própria concepção de criação está a idéia de separação, de eleição, de forma, de particular.

No decorrer da primeira criação (Gn 1,1-9,17), Deus inclina-se, elege, separa partes: escolhe a descendência de Shet e deixa a de Caim (Gn 4,1-26; 5,1-32); No dilúvio separa a família de Noé em relação às demais (Gn 6-9) e firma um pacto, um compromisso de nunca mais destruir a humanidade, ou seja, a divindade livremente se prende a um pacto.

Após a segunda criação o elemento separativo e eletivo é uma constante. Elege um filho de Noé, Shem (Gn 11,10-32), do qual descenderá Abraão.

Escolhe a família de Abraão dentre outras famílias (Gn 11,26-12,1ss). Com Abraão temos um pacto especial com um povo: "Parte da tua terra, da tua família e da casa de teus pais para a terra que eu te mostrarei. Eu farei de ti uma grande nação e te abençoarei. Tornarei grande o teu nome. Tu sejas uma bênção. Eu abençoarei os que te abençoarem, e quem te injuriar, eu o amaldiçoarei: em ti serão abençoadas todas as famílias da terra." (Gn 12, 1-3). O pacto estabelecido por Deus com Abraão é uma proposta livre da divindade que se compromete e se limita aos termos acordados desde que a família de Abraão e sua descendência cumpram o pactuado ("parte da tua terra ... para a terra que te mostrarei"). Este modelo de pacto será retomado pelas futuras gerações judaicas. Mas, o que queremos destacar é o caráter desse pacto: tem uma pretensão universal (abençoar todas as famílias/nações da terra), porém particulariza ou condiciona a bênção universal a alguns elementos: toda nação deverá seguir a palavra de Deus que virá de Israel, da futura Jerusalém. Quem não "acorrer" para Jerusalém não cumpre o pacto e, conseqüentemente, será punido.

O pacto firmado com Abraão será renovado em outros momentos com Isaac, com Jacó e depois com a nação já constituída: "Quanto a ti (Abraão), guardarás a minha aliança, e depois de ti, as gerações que descenderão de ti" (Gn 17, 9). Em relação a nação já constituída basta acompanhar a tradição do êxodo (Ex-Dt) onde Deus renova o pacto abraâmico com o povo através de Moisés: "Agora, pois, se ouvirdes o meu pacto, sereis minha parte pessoal

entre todos os povos – pois a terra inteira me pertence – e vós sereis para mim um reino de sacerdotes e uma nação santa. (...) o povo todo respondeu, unânime: 'Tudo o que o Senhor disse, nós o faremos em prática...' (Gn 19,5-8). Este pacto é renovado, na liberdade, pelo povo na terra prometida através de Josué: Josué diz: " 'Agora, pois, temeí o Senhor e servi-o com integridade e fidelidade. Afastai os deuses aos quais vossos pais serviram do outro lado do Rio e no Egito, e servi ao Senhor. Mas, se não vos apraz servir ao Senhor, escolhei hoje a quem quereis servir: ou os deuses que vossos pais serviram quando estavam do outro lado do rio, ou os deuses dos amoritas, cuja terra habitais. Eu e minha casa serviremos ao Senhor'. O povo respondeu: Que abominação seria para nós abandonar o Senhor para servir a outros deuses! ... Também nós serviremos ao Senhor, pois é ele o nosso Deus." (Gn 24, 14-18) O pacto no judaísmo é explícito e se refere ao modelo em que a divindade limita seus poderes a um acordo com a criação/humanidade. Toda a tradição judaica posterior entenderá sua relação com Deus a partir dos termos do pacto. Qualquer castigo divino será entendido como um descumprimento do pacto e Deus será entendido como sempre fiel ao pactuado. Quando havia invasões estrangeiras, exílios ou castigos divinos surgiam os profetas exigindo a volta ao pacto, pois o povo e os governantes tinham se entregado aos deuses estrangeiros. O próprio exílio babilônico e sua volta são interpretados em termos do pacto.

Seria demasiado longo analisarmos o pacto em toda a Bíblia Hebraica, mas para nosso intento basta o que já dissemos. Porém, ressaltamos que este pacto possui uma pretensão de universalidade (para todos os povos), mas fixa-se em elementos, cultos, leis, cidades (Jerusalém), sacerdotes, gestos particulares. Ou seja, para ser fiel ao pacto e desfrutar das bênçãos da divindade deve-se passar pelos símbolos da cultura judaica; por isso, afirmamos o caráter de testamento particular deste pacto explicitado pela tradição judaica.

Quando observamos as atitudes de Javé e seus oráculos deste pacto, notamos a predileção por seu "povo eleito", fortalecendo as forças humanas, as convicções tribais e suas fileiras militares para vencer os inimigos. Nestas passagens bíblicas, Javé se coloca do lado de seu povo e fortalece suas defesas, submetendo os povos ao jugo de seu poder. Os deuses dos outros povos são ridicularizados e considerados figuras falsas e meras representações humanas, enquanto Javé é considerado o verdadeiro Deus. Como denuncia Alfredo Bosi, em sua conferência no III Congresso de Teologia de São Paulo: "O Novo Testamento é um salto histórico, teológico, místico e ético tão grande em relação ao Velho Testamento. Este salto é tão grande que tenho vontade

de solicitar à Igreja para ficar apenas com o Novo Testamento. Quando vejo as Escrituras que falam de guerras, do Senhor Javé dos exércitos, fico desconcertado. Como dizer para uma criança de catecismo que Deus estava com os exércitos de Israel e ao mesmo tempo na segunda leitura São Paulo ensina o perdão e no Evangelho só se fala de perdão?"²⁵. Um testamento universal é selado como um bem para todos os povos, sem predileção, propondo a fraternidade universal.

IV – UM TESTAMENTO UNIVERSAL

Na sua originalidade, a mensagem evangélica propõe a universalidade da fé, pela qual as proposições superam todo modelo de tribalismo e abrange todas as imagens culturais e culturais dos povos, incorporando as diferentes expressões religiosas de todos os povos. Ao considerarmos a revelação fundamental de Jesus Cristo, onde professamos a paternidade/maternidade divina universal, entendemos que os povos são todos unidos na mais elevada fraternidade universal.

Um testamento universal, tal que é proposto pela revelação evangélica de Jesus de Nazaré, ungido por Deus, incorpora todas as expressões culturais, lingüísticas e cósmicas de todos os povos.

Assim, as verdades fundamentais da fé cristã se expressam nas formas lingüísticas e culturais de cada povo. As verdades da fé cristã, como a fraternidade universal, a filiação divina, a imortalidade humana e a harmonia universal são expressas nos diferentes grupos humanos, sem perder sua essência, mas expressando-se de modo pluri-cultural e pluri-cultural.

IV. 1 – Pacto fontal

O pacto no cristianismo só pode ser entendido a partir do núcleo de doutrina: "A intuição central do Novo Testamento é que se verificou um evento

²⁵ A. BOSI, Reeditar a cultura: Diálogo entre cultura e teologia – pontos de convergência, in www.deus.com: desafios da teologia num mundo virtual, Loyola, São Paulo, 2004, pp. 53-92.

de capital importância no período entre os dois pactos: Deus, que já tinha falado, nos tempos antigos, muitas vezes e de diversas maneiras aos pais, por meio dos profetas, ultimamente, nestes dias, falou a nós por meio do Filho" (Hb 1,1-2). Em Jesus Cristo, a palavra interior em que Deus conhece todas as coisas e em que se exprime totalmente, assume a carne e a linguagem do homem, torna-se Evangelho, palavra de salvação, para clamar o homem à vida que não acaba. Em Jesus Cristo, Verbo encarnado, o Filho está presente entre nós e fala, prega, ensina, atesta o que viu e sentiu no seio do Pai, com termos humanos que podemos compreender e assimilar. Cristo é o ápice e a plenitude da revelação, aquele que revela Deus e que revela o homem a si mesmo: esta é a grande novidade, o mistério inexaurível de que os escritos sagrados manifestam o esplendor, cada um insistindo num aspecto²⁶.

Jesus, no cristianismo, está presente entre nós e fala, prega, ensina, atesta o que viu e sentiu no seio do Pai, com termos humanos que podemos compreender e assimilar. Cristo é o ápice e a plenitude da revelação, aquele que revela Deus e que revela o homem a si mesmo. A revelação no cristianismo é o ato de Deus mostrar-se ao ser humano, dizer quem é. Jesus é a revelação total de Deus aos seres humanos revelando-se como Amor.

Se Deus é amor temos que pensar o que é amor. Quando amamos, amamos alguém; o amor "ama" algo. Isto, em termos fenomenológicos implica em reconhecermos o amor como algo diferente do que ama. Portanto, o ser do amor necessita de algo diferente do amor para amar. Assim, o amor amando revela seu ser e o ser daquilo que ama, ou seja, o que é amado é diferente do amor.

O ser do amor é amar, é movimento para algo que não é ele. Assim, a essência do amor esgotasse no movimento para algo; o amor consiste em amar. Nesta perspectiva, o amor não pode amar a si mesmo; ao amor é impossível amar-se a si próprio.

Se Deus é amor, Ele precisa de algo diferente de si para amar. Se Deus precisa de algo diferente de si próprio para amar, então Deus cria o seu diferente. Então Deus cria o ser humano.

²⁶ R. LATOURELLE, *Revelação*. In: *Dicionário de Teologia Fundamental*, p. 822.

Ao criar, como é amor, Deus respeita a criatura em sua liberdade, na liberdade da criatura de construir sua própria identidade. Assim, Deus não manipula, não impõe leis e sua vontade e muito menos "traça um destino", pois se assim o fizesse estaria lidando com objetos e instrumentos. O objeto/instrumento é uma extensão de nosso corpo que usamos para realizar nossos fins. Se Deus se comportasse com as criaturas como se fossem objetos manipuláveis a criação do ser humano seria um fracasso e negaria sua própria essência (de Deus) que é amar. Assim, Deus ama o totalmente diferente de si, o que é livre, o ser com o qual possa dialogar e receber "sim" e "não". É na dimensão do amor dialogal que podemos entender o pacto evangélico.

IV. 2 – Proposta do Nazareno

A proposta de Jesus supera a limitação tribal dos testamentos particulares e os cânones, as promessas, os símbolos e as elaborações específicas de um testamento fragmentário.

A mensagem do Reino de Deus, proferida pelas palavras e atitudes de Jesus Cristo, desvela a radicalidade de um testamento universal, baseado no amor, na vivência do Reino de Deus.

Ao tratar com igualdade os diferentes povos e, particularmente, assumindo a dignidade e igualdade dos povos tidos como inferiores pelo senso comum da sociedade, Jesus mostra sua grandeza. Em suas caminhadas pelas cidades da Palestina sempre acolheu e pregou para as pessoas que encontrava independentemente de sua cultura, crença, nacionalidade ou posição social. Jesus conversava com a Samaritana (Jo 4,7-42); visitou a casa de Zaqueu, o cobrador de impostos (Lc 19,1-10); ensinou quem é o próximo a partir do samaritano, povo considerado impuro pelos judeus (Lc 10,29-37); tomou refeições com pecadores como os publicanos (Mt 9,10); dialogou com os doutores da lei judaica (Lc 2,46-47); perdoou a mulher adúltera (Jô 8, 1-11); amou e ensinou a amar os inimigos (Mt 5,43-48).

Seu comportamento livre e desprovido de traços preconceituosos dos diversos grupos, manifesta sua consideração e dignidade pelos grupos maltratados e desvalorizados, como os enfermos, os idosos, os estrangeiros, as mulheres e mesmo os pecadores.

Sua mensagem supera as barreiras raciais e culturais presentes nos diversos testamentos de seu tempo, expressando a universalidade de Deus, que se revela como amor, criador, libertador e consolador de toda a humanidade.

As elaborações doutrinárias, bem como os rituais são elaborados posteriormente, para expressar as crenças e as convicções essenciais da fé humana. Os rituais servem como expressão da fé num único Deus, revelado em Jesus Cristo e que permanece por seu Espírito no coração da humanidade e em toda criação. As expressões do culto são elaborações lingüísticas e rituais para entrar em comunhão comunitária com Deus. Os rituais de iniciação, de partilha e de passamento são edificados a partir das culturas dos povos que assumem a mensagem da Boa-Nova e a querem viver, como experiência religiosa.

Desde as origens das tradições evangélicas, as experiências religiosas, os cânon e os ritos foram se elaborando a partir da simbologia e da linguagem dos povos que se convertiam a este projeto histórico do Reino de Deus. A mensagem universal do testamento cristão se propõe a superar todos os testamentos particulares, conflitantes entre si, para tecer um testamento universal, capaz de conjugar todos os testamentos.

O testamento universal unifica os povos na fé única e universal, num Deus único e unificador, para superar os conflitos inter-tribais e inter-culturais e unificar a humanidade sob a tutela de uma única comunidade humana, sob os auspícios de um mesmo Deus e Senhor. A pluralidade cultural e cultural não é desprezível, pois esta pluralidade permite que as tribos humanas, identificadas e unificadas por seus valores éticos, étnicos e culturais mantenham seus valores específicos e, na mesma dimensão, expressem seu gênio cultural e cultural, sem confrontar-se entre os vários grupos humanos.

A proposta cristã é universal. Bem que encarnada numa comunidade particular, como a comunidade judaica, ela deve garantir sua plenitude universal, superando as barreiras e o bairrismo desta comunidade. Não para acorrentar-se a outras expressões culturais que fixam seus ritos e sua linguagem, mas encarnando-se em todas as expressões, as assume e as transcende. Este é o conceito por excelência de Testamento, como expressão única e absoluta de um pacto universal e integrador de todos os povos. A composição da unidade neste Testamento vence os limites étnicos, tribais, congêntos e nacionais, congregando todos os povos pela boa vontade, de convicção da fraternidade e do amor universais e da solidariedade com os oprimidos. Retomamos ainda uma vez as observações de Alfredo Bosi, que aponta a essência do cristianis-

mo, como proposição testamentária universal: *"Nós estamos diante de uma missão universal. A palavra de Cristo hoje não é uma palavra nacional. É uma palavra que tem que ser dirigida aos mulçumanos, tem que ser dirigida aos judeus, tem que ser dirigida aos ateus. Essa universalidade da Igreja é que lhe dá realmente a sua catolicidade. Temos que nos libertar do peso de uma tradição cultural que já não diz nada para nós. Eu estou dizendo as coisas de uma maneira radical e tenho que dizê-la, porque se eu começar com meias palavras, ninguém vai entender a linha central do meu pensamento. Hoje o pensamento universal tem que ser baseado no Evangelho. Que é uma Boa Nova universal e não nacional"*²⁷.

O sentido fundamental do cristianismo está em superar as limitações culturais e étnicas das elaborações lingüísticas e dos ritos litúrgicos, para expressar suas convicções e suas crenças nas diversas expressões culturais dos seres humanos. As verdades fundamentais devem ser expressas em quantas versões, quantas forem as culturas onde se encarnar a proposta do Reino de Deus anunciada por Jesus Cristo nas suas pregações e na sua encarnação histórica.

V - PARTICULARIZAÇÃO DO TESTAMENTO CRISTÃO

Nas suas fases originais, a mensagem cristã encarnou-se nos vários povos do Oriente Médio, integrando os valores culturais e culturais, para expressar a própria fé e celebrar seus mistérios. A mensagem cristã integra-se nos diversos grupos étnicos e culturais, assumindo a sua linguagem e seus símbolos peculiarés. Em todos os povos onde a mensagem cristã se encarna, suas expressões típicas culturais e culturais compõem o cenário onde se instalam seus princípios fundamentais. Deste modo, o testamento cristão se configura como O TESTAMENTO, integrando todos os testamentos particulares. Mais que UM testamento, o pacto desvelado para a humanidade se manifesta como O TESTAMENTO, que revela a universalidade de Deus, como amor,

²⁷ A. BOSI, Reeditar a cultura: Diálogo entre cultura e teologia – pontos de convergência, in www.deus.com: desafios da teologia num mundo virtual, Loyola, São Paulo, 2004, pp. 53-92.

criador, libertador e consolador de todos os povos, em todos os tempos e em todos os lugares. Todos os povos, configurados como "filiação divina" em Jesus Cristo, imergem, pela boa-vontade e a prática das virtudes fundamentais da humanidade, no mistério divino e se tornam "cristianizados", seja ungidos por Deus, carismatizados, co-participantes da vida divina. Todos os povos se consagram a Deus adquirindo sua fidelidade.

Com os encontros culturais e lingüísticos nas suas relações étnicas históricas, a comunidade de fé dos seguidores de Jesus Cristo, foi elaborando uma instituição que servisse de organização do carisma cristão.

A instituição foi se elaborando através da incorporação de elementos culturais de todos os povos, recriando uma nova modalidade ritual, que serve para adequar a comunidade a sua espiritualidade. Assim, todo o patrimônio lingüístico, ritual, ético e eclesiológico foi sendo composto, com grande paciência histórica, para responder às necessidades religiosas de cada nova conversão, dentre os povos, tanto no Oriente, quanto no Ocidente e, assim, nos vários continentes.

Notamos, no entanto, com o passar do tempo, que estes elementos instrumentais foi se colando à vivência do carisma e tornando-se parte integrante deles, dificultando o discernimento entre o espírito essencial do cristianismo e a elaboração de seu arsenal religioso. Assim, seus elementos culturais, como a linguagem grega, suportada pela tradição filosófica, os elementos formais da cultura romana e os sistemas rituais do império romano foram aderindo a mensagem evangélica, confundindo-se com seu espírito fundamental. Deste modo, o cristianismo e seu Testamento vão se reduzindo a uma prática religiosa incorporada por rituais específicos e advindos de uma cultura particular.

Os símbolos litúrgicos perdem sua universalidade e, mesmo sendo particulares, se impõem aos outros povos como se fossem rituais e símbolos universais. Os símbolos particulares são impostos pela instituição como se fossem parte integrante do Testamento universal.

Podemos considerar esta denúncia, se considerarmos que os elementos da cultura ocidental cristã é assumida como essencial pela comunidade cristã e, ao seu testamento, incorporam-se as cores, as vestimentas, os metais dos objetos sagrados, os modelos rituais e mesmo a língua latina, como se fosse uma forma imprescindível de revelar, professar e celebrar a fé cristã.

Ao longo dos séculos, o Testamento cristão passou a ter dificuldades de assumir as novas culturas com as quais entrava em diálogo, após a conversão ao projeto de Reino de Deus, testemunhado por Jesus Cristo, humano e divino. Ficou sempre mais delicado e difícil de discernir os elementos essenciais da fé cristã e suas elaborações relativas às etnias e suas culturas. Por esta razão, ficou sempre mais limitada a inserção da fé cristã nas culturas. Afinal, ao apresentar a mensagem cristã aos povos e convertê-los às suas fileiras, os missionários cristãos levam o espírito da fé cristã, mas igualmente a tradição secular e os ritos culturais com todos seus elementos integrativos.

Apesar da mensagem cristã permanecer sempre como uma mensagem universal e seu Testamento como uma proposta integradora de todos os povos, sob o auspício de Deus Uno, seu repertório litúrgico e sua linguagem religiosa delimita-se como um testamento de uma cultura particular. É inegável a grandiosidade deste arsenal cultural, uma vez que é resultado de cuidadosa e rigorosa elaboração histórica por longos séculos. Apesar de sua universalidade, o Testamento perde sua catolicidade quando não admite novas formas culturais para exprimir sua fé em ritos, códigos e cânones.

Este fenômeno de perda da universalidade do Testamento cristão, naquilo que tange sua expressão cultural e lingüística, ocorre pela necessidade de definir sua identidade como instituição jurídica e para se proteger dos desvios que ameaçam sua essência fundamental.

Seria ingênuo desconsiderar que é necessária a institucionalização do fenômeno religioso que dá suporte humano e prático ao Testamento cristão. Todos os testamentos foram edificados dentro de um contexto sócio-histórico e cultural, que lhe dá as formas externas e lhe permite dialogar com a história e seu tempo. O Testamento cristão, para cultivar sua essência católica, precisa estar permanentemente aberto às novas incursões culturais de novas etnias e contextos sócio-históricos, promovendo novas representações simbólicas da fé cristã.

A tentação da estagnação provocada pelo medo dos desvios gerados pelas inovações e pelos confrontos culturais, limita a catolicidade do Testamento cristão.

Em momentos decisivos da tradição da comunidade cristã, como Concílios e códigos canônicos, notamos o confinamento da mensagem cristã aos limites da cultura e da elaboração temporária dos ritos litúrgicos e dos códigos

de regulamentação da comunidade. Ainda que consideremos que, em certos momentos históricos, é necessário vincular a comunidade a princípios e normas que determinam sua identidade, a catolicidade do Testamento cristão deve sempre promover o encontro com novas formas litúrgicas, bem como elaboração de normas e reestruturação eclesial.

A sabedoria deste diálogo se revela no encontro dos momentos necessários destas transformações, reconhecendo os valores perenes do Testamento cristão e os distinguindo dos elementos sócio-históricos e culturais que exigem a integração de novos contextos.

VI - RESGATAR A UNIVERSALIDADE DO TESTAMENTO CRISTÃO

Partimos do postulado que o testamento cristão é universal, uma vez que não se restringe a uma etnia ou culturas em particular e que o pacto cristão é uma proposta para todos os povos, que aspiram a fraternidade universal. Quando tantos testamentos das tradições religiosas se restringem a nações e a povos particulares, gerando "confronto de grupos humanos" e "guerra de deuses", o Testamento cristão, como pacto divino com toda a humanidade, propõe a unidade de toda humanidade.

Nas últimas décadas, geradas pela percepção intelectual das ciências humanas, as ciências das religiões comparadas despertam nos povos a consciência da validade de todas as elaborações culturais, ao mesmo tempo que admite seus limites e suas defecções. Deste modo, existe uma redescoberta da universalidade do Testamento cristão na sua essência. Para valorizar a universalidade do Testamento cristão, é preciso distinguir os valores essenciais da mensagem evangélica de seu arsenal cultural. Afirmamos, outrossim, que o carisma essencial do cristianismo é universal e transcende o tempo e o espaço, enquanto seu complexo religioso (formas rituais, eclesiológicas, variações éticas e textos lingüísticos) é relativo aos contextos em que se originam e se elaboram. Entendemos por esta distinção, que o Testamento cristão exige sua reelaboração no confronto com novas culturas, tanto pelo fenômeno das conversões, quanto na evolução cultural dos povos.

A preciosidade universal do Testamento cristão não exige que toda a tradição secular e profundamente enriquecedora deva ser cancelada. Exige-se, certamente, que esta tradição dialogue permanentemente com os povos que se

convertem ao Testamento cristão. O essencial do Testamento cristão é um tracejado sutil que unifica todos os seus fiéis, integrados como corpo místico de Jesus Cristo. O corpo místico de Jesus Cristo se unifica não por laços étnicos, sanguíneos, políticos ou culturais, mas pela partilha dos valores e bens essenciais do Evangelho/Testamento cristão.

Podemos citar alguns, dentre tantos, destes bens ou valores essenciais, como a unicidade divina e a filiação de toda humanidade, o reconhecimento da encarnação divina, como integração de Deus na história humana, a ressurreição como resposta fundamental ao destino humano, o valor absoluto da vida, a força do espírito que perpassa a materialidade da criação e, ainda, a dimensão tri-una de Deus, como ser absoluto e dinâmico.

Os pesquisadores das ciências da religião e da teologia, em todos os seus campos, procuram clarear os limites deste diálogo, arriscando delimitar os bens essenciais e separá-los dos bens relativos do Testamento cristão. Os poderes eclesialísticos, em seus diversos níveis, classificam e apresentam aos seguidores da fé cristã os limites do diálogo, que é vivido e dinamizado por todos os fiéis.

A inculturação é uma exigência imprescindível para o resgate permanente da universalidade do Testamento cristão. O resgate da universalidade do Testamento será, para sempre, o grande desafio de seus fiéis, para que possa vangloriar-se de professar uma fé católica, pela qual os povos são todos irmanados sob a filiação do mesmo Criador e os valores promulgados pelo Filho de Deus encarnado, como o perdão, a fraternidade e a solidariedade, em permanente atualização pela força do Espírito Santo, infundam em todos os povos a inspiração da paz e da justiça.

VII - PODEMOS CONCLUIR...

Deus está presente em todos os povos que O buscam de coração sincero e que O celebram, por seus ritos, em liturgias onde os sacerdotes se comunicam com Deus, para sua gratidão, súplica e penitências e suplica forças e graças em sua caminhada.

Os povos, por meio de místicos, profetas, santos e reis inscrevem estes oráculos em testamentos selando-os por meio de pactos. Os pactos são

grupais, particulares e muitas vezes conflitivas entre elas. Estas divergências testamentárias geram conflitos entre os grupos humanos, legitimando as suas lutas tribais pelos oráculos de seus "deuses".

Reconhecemos que existe um único princípio Divino, um ser único e unificador, Criador de todos os povos, embora registre, entre os povos, diferentes nomes. Deus que se revela em Jesus Cristo, é um Deus: pai-mãe, como também amigo e irmão e convida à solidariedade e à fraternidade universal. Buscando suas raízes na tradição judaica, o cristianismo anuncia um Deus que é Amor, mas também se revela na paz, na justiça e no perdão. O cristianismo, herdeiro da tradição judaica, mantém como um dos elementos essenciais do pacto a liberdade dialogal.

É interessante observar que se Deus é Deus, não precisa estabelecer um pacto com as criaturas, simplesmente basta manifestar sua vontade e punir quem não a cumprir. No entanto, Deus, através de Jesus, estabelece um pacto. O estabelecimento deste pacto suaviza a diferença entre as partes e coloca entre elas os termos pactuados onde cada um terá deveres e obrigações; no caso, de Deus e os seres humanos, suaviza a diferença de poder. Deus ao estabelecer o pacto se sujeita, sujeita seus poderes, aos termos do mesmo. Portanto, não é a dimensão do poder, mas a essência de Deus como amor que estabelece o pacto.

Outro elemento essencial para a compreensão do pacto de Deus com a humanidade é o seu caráter gratuito: é Deus quem o propõe. Assim, Deus propõe livremente o pacto e, na liberdade espera a resposta humana, e na liberdade se submete aos seus termos. Nas palavras evangélicas: "*Deus esvaziou-se a si mesmo para assumir a condição humana*" e esta condição humana é o limite, o limite do pacto. Ora, isto não é Deus se revelando como amor?

Se Deus é amor o pacto necessariamente deve ser universal. Se Deus ama, respeita a liberdade da criatura, se submete ao pacto que livremente e no amor o propõe, então, Deus não pode eleger, separar um grupo, mas deve amar toda criatura, todos os seres humanos. É nesta perspectiva que o pacto cristão rompe como todas as culturas, todos os povos: "*Eu vim para que TODOS tenham vida e a tenham em abundância*" (Jo 10,10); "*Ide a todos os povos e proclamai a boa nova*" (Mt 28). Nesta perspectiva, Paulo é o grande

apóstolo da universalidade do amor, pois, rompe com os seguidores de Cristo que consideravam o cristianismo um movimento tribal ou racial, pois ele nos proclama que "*não há mais nem judeu nem grego; já não há mais nem escravo nem homem livre, já não há mais o homem e a mulher; pois todos vós sois um só em Jesus Cristo*" (Gl 3,28).

BIBLIOGRAFIA

- BOSI, A, Reeditar a cultura: Diálogo entre cultura e teologia – pontos de convergência, in *www.deus.com: desafios da teologia num mundo virtual*, Loyola, São Paulo, 2004, pp. 53-92.
- HAMIDULLAH, M., *Introdução ao Islam*, Alvorada, São Bernardo do Campo, 1990.
- LATOURELLE, R., *Revelação*. In: *Dicionário de Teologia Fundamental*, p. 822.
- MACKENZIE, J. L., *Aliança*, in *Dicionário bíblico*, 2ª ed., São Paulo, Paulinas, 1983.
- NOTAKER, H., GAARDER, J., HELLERN, V., *O livro das religiões*, Companhia das Letras, São Paulo, 2000.
- RAVASI, G., *Êxodo*, São Paulo, Paulinas, 1985.
- SUSIN, L. C. (org.), *Mysterium Creationis*, Soter/Paulinas: São Paulo, 2000.
- LATOURELLE, R., *Revelação*. In: *Dicionário de Teologia Fundamental*, p. 822.

Ivanir Signorini, é Mestre em Ciências da Religião pela PUC-SP. Leciona na Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção. Antonio Sagrado Bogaz é Doutor em Liturgia e Filosofia. Leciona na Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção e no Instituto Dominicano de Teologia – IDT.